

AUTOR

Darcon Sousa*

darconsousa@gmail.com

* Doutor em Ciências Sociais. Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, Brasil). Professor permanente do programa de pós-graduação em Ciência Política da UFCG.

Democracia anembrionária? A deterioração sociopolítica do Brasil pós-impeachment

¿Democracia anembrionaria? El deterioro sociopolítico de Brasil tras el impeachment

Anembryonic Democracy? The sociopolitical deterioration of post-impeachment Brazil

RESUMO

A democracia brasileira, como na gestação anembrionária, em que os sinais aparentes causados pela ação de hormônios não correspondem à presença de um embrião, não encontrou nas instituições formais constituídas, valores e práticas capazes de resguardar o desenvolvimento de uma democracia substancial. Em distintos períodos da história do país, o impulso inicial na direção de maior participação política e de inclusão social foi interrompido por movimentos abruptos de intervenção no curso da democracia. Em 2016, uma combinação de interesses da oposição partidária, do oligopólio de comunicação e de setores do poder judiciário, criou as condições para o impeachment da presidenta Dilma Rousseff por descumprimento de leis orçamentárias. Sob o rito formal das instituições, o golpe parlamentar assegurou o retorno dos conservadores ao poder e pôs em marcha uma agenda de regressão social e de autoritarismo, com amplo apoio de setores ideologicamente contrários ao governo anterior. Como resultado, o projeto de democracia no Brasil se apresenta mais uma vez ameaçado e os indicadores disso repercutem no agravamento dos problemas sociais. Neste trabalho, analisamos os fatores que determinaram a deterioração da democracia brasileira e o aprofundamento do golpe parlamentar que impede a fecundação de uma democracia sólida no país.

RESUMEN

La democracia brasileña, como en la gestación anembrionaria – en la que los aparentes síntomas de embarazo debidos a la acción de las hormonas no se corresponden con la presencia de un embrión – no ha encontrado en las instituciones formales constituidas valores y prácticas capaces de resguardar el desarrollo de una democracia sustancial. En distintos períodos de la historia del país, el impulso inicial en dirección a una mayor participación política e inclusión social se ha visto interrumpido por movimientos abruptos de intervención en el curso de la democracia. En 2016, una combinación de intereses de la oposición partidaria, del oligopolio de la comunicación y de sectores del poder judicial, creó las condiciones para el impeachment de la presidenta Dilma Rousseff por incumplimiento de las leyes presupuestarias. Bajo el rito formal de las instituciones, el golpe parlamentario aseguró el retorno de los conservadores al poder y puso en marcha una agenda de regresión social y de autoritarismo, con amplio apoyo de sectores ideológicamente contrarios al gobierno anterior. Como resultado, el proyecto democrático en Brasil se presenta una vez más amenazado y las señales de ello repercuten en el agravamiento de los problemas sociales. En este trabajo, analizamos los factores que determinaron el deterioro de la democracia brasileña y la profundización del golpe parlamentario que impide la fecundación de una democracia sólida en el país.

ABSTRACT

Brazilian democracy, as in anembryonic gestation - in which the apparent signs caused by the action of hormones do not correspond to the presence of an embryo - did not find in the formal institutions constituted, values and practices capable of safeguarding the development of a substantial democracy. In different periods of the country's history, the initial impetus towards greater political participation and social inclusion was interrupted by abrupt intervention in the course of democracy. In 2016, a combination of interests from the party opposition, the oligopoly of communication, and sectors of the judiciary created

the conditions for President Dilma Rousseff's impeachment for non-compliance with budget laws. Under the formal rite of the institutions, the parliamentary coup ensured the return of the Conservatives to power and set in motion an agenda of social regression and authoritarianism with broad support from sectors ideologically opposed to the previous government. As a result, the democracy project in Brazil is once again under threat and the indicators thereof have repercussions on the aggravation of social problems. In this work, we analyze the factors that determined the deterioration of Brazilian democracy and the deepening of the parliamentary coup that prevents the fecundation of a solid democracy in the country.

1. Introdução

Na terminologia médica denomina-se “gravidez anembrionária” o fenômeno da fertilização do óvulo sem que o embrião se desenvolva. Geralmente no primeiro trimestre da gravidez, feito um exame de imagem, percebe-se que o saco gestacional está vazio. É o chamado “ovo cego”. Aparentemente tudo está normal e as mulheres, devido à ação de hormônios, chegam a apresentar sinais de que realmente estão grávidas, mas as células tomam a forma de saco gestacional e não de um embrião. O óvulo fertilizado não produz um bebê, não vai para a frente. Os indicadores da gravidez anembrionária podem ser a ausência da vesícula vitelina em um saco gestacional maior que dezesseis milímetros de diâmetro ou do embrião em um saco gestacional maior que vinte e cinco milímetros (Rios & *et al.*, 2010).

O desenvolvimento da democracia brasileira, como sugerimos, guarda semelhanças com o processo da gravidez anembrionária. Em distintos momentos da história do país, o ímpeto inicial na direção de uma sociedade democrática não gerou a consolidação de valores, práticas e instituições que funcionassem de modo compatível com as democracias maduras.

O processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff por supostas infrações fiscais, apesar dos ritos formais, expôs a fragilidade das instituições garantidoras do processo democrático ante os jogos de poder manejados pelos setores conservadores da sociedade brasileira, os quais decidiram intervir no curso da vida política do país mais uma vez. O pano de fundo da interrupção democrática foi a intensificação da narrativa midiática que associava os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) com a corrupção, no qual os grandes meios de comunicação usaram e cooptaram parte do poder judiciário, ávida por protagonismo político. A manipulação da opinião pública criou as condições para que a oposição política, antigos aliados e conspiradores decretassem o fim do governo e mudassem radicalmente a agenda do país. As velhas forças políticas retomaram o poder, mantendo-se nele por vias tortuosas, sobretudo pela barganha parlamentar, mas agora sob a cumplicidade dos grandes meios de comunicação, valendo-se das idiossincrasias do judiciário e do aval da maioria expressiva do Congresso Nacional que sustenta e blinda o atual governo.

A sociedade brasileira assiste a introdução célere e impetuosa de reformas que afetam as relações de trabalho, as políticas públicas e os gastos sociais, enquanto o governo, os partidos e a democracia desabam nas pesquisas que aferem a confiança e a aprovação dos cidadãos. O desencanto e a despolitização parecem explicar a ausência de reação dos mais afetados pela pauta conservadora que avança no país. A apropriação do poder pelas elites por meios não democráticos deixa incerto o futuro de um país cujo enfrentamento de suas agudas desigualdades e complexos problemas sociais não ocorrerá sem o aprofundamento da democracia.

Sob tal premissa, este trabalho pretende analisar os indicadores atuais sobre a democracia no Brasil, relacionando-os com a deterioração das condições sociais desde a queda do último governo eleito. Reencontrando fantasmas do passado, o Brasil, sem fecundar uma democracia sólida, não sairá do círculo vicioso que alterna períodos de autoritarismo com tentativas de nascimento de uma democracia que não vinga, quadro que se apresenta agora, dado avanço dos setores reacionários e conservadores empenhados em promover a regressão social e cultural que retarda mais uma vez o amadurecimento democrático do país. Para analisar esse quadro, demonstramos a corrosão da democracia brasileira e o consequente retrocesso social na próxima seção, além de apontar os fatores causais do golpe parlamentar de 2016 na seção 3, ao que se seguem as considerações finais. O trabalho se utiliza de conteúdo de documentos e de pesquisa bibliográfica para afirmar as inferências em face dos fatos sociais e políticos observados.

PALAVRAS-CHAVE

**Democracia;
golpe
parlamentar;
regressão social.**

PALABRAS CLAVE

**Democracia; golpe
parlamentario;
regresión social.**

KEYWORDS

**Democracy;
Parliamentary
Coup; Social
Regression.**

Recibido:

30/04/2018

Aceptado:

22/05/2019

2. Deterioração da democracia e retrocesso social

O *Pew Research Center* (PRC, 2017) realizou uma pesquisa em trinta e oito¹ países para avaliar o apoio à democracia. Apesar de a democracia representativa ainda ser considerada uma boa forma de governo por uma média de mais da metade dos entrevistados (dos quais 66% defendem inclusive a prática de instrumentos de democracia direta), em todos os países a receptividade às formas não democráticas de governo persistem, sobretudo em contextos de países pobres, com educação deficitária, entre grupos ideologicamente de direita ou em ambientes de insatisfação com os resultados da democracia formal. Dentre as alternativas não democráticas consideradas, destacam-se a ideia de que especialistas devem tomar decisões públicas (49% de apoio), a necessidade da presença de um líder forte (26%) e a preferência por um regime militar (24%), cujo apoio expressa a vontade da maioria dos cidadãos no Vietnã, Indonésia, Índia e África do Sul.

Dentre os países analisados, o Brasil apresenta um elevado índice de aceitação a uma alternativa não democrática, 23% (ver Gráfico 1), considerando-se os indicadores dos países desenvolvidos, cuja média situou-se em 10%. Mesmo quando se observa os resultados da pesquisa nas demais regiões do mundo, o número de cidadãos brasileiros suscetíveis às opções não democráticas é alto, quase um quarto da população.

Menos de um ano após as últimas eleições, nas quais o PT conseguiu sua quarta vitória consecutiva, analisamos os desdobramentos da radicalização que setores conservadores da sociedade brasileira intensificaram após o pleito de 2014. Um dos desfechos daquele processo foi o ressurgimento de grupos favoráveis ao retorno do regime militar. Alertamos que se pretendia constranger o poder político e provocar retrocessos, se não pela efetiva volta da ditadura, mas por meio da imposição de uma agenda que resgatasse a supremacia dos interesses das classes dirigentes, as quais sempre se sentiram ameaçadas quando se tentou consolidar um ambiente democrático no país (Sousa, 2015).

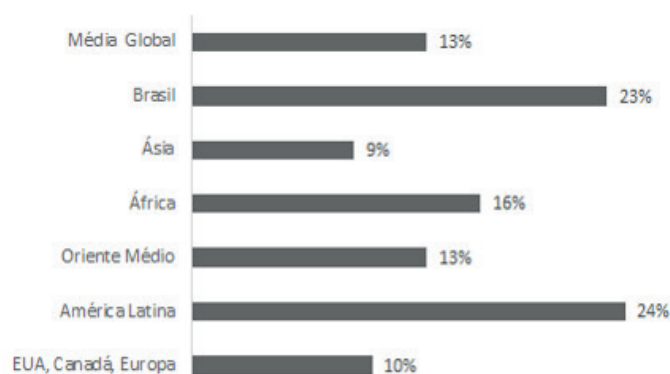


Gráfico 1 - Índice Médio de apoio à alternativa não democrática
Fonte: Pew Research Center, 2017

Passados dois anos, o *Latinobarômetro* (2017) aponta o desprestígio da democracia entre os brasileiros. Atribuindo o pior índice de apoio a um governo, 6%, os brasileiros mostram-se céticos em relação à democracia, ocupando as últimas posições dentre os dezoito países da América Latina em vários quesitos que aferem a crença no funcionamento da democracia. O apoio à democracia logo após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, foi o segundo menor da região (32%) e no relatório atual, apesar de ter recuperado onze pontos, continua a ser um dos mais baixos (43%). Apenas 1% dos brasileiros considera que no seu país existe uma verdadeira democracia e 97% acham que o governo serve aos poderosos.

No “Índice de Democracia Representativa” construído pelo PRC (2017), uma média de 23% dos entrevistados dos países que compuseram a pesquisa foram classificados como “democratas comprometidos”, 47% como “democratas menos comprometidos” e 13% como “não democratas”. Nos países ricos o compromisso com a democracia representativa é maior. Em média, 37% na União Europeia, 40% nos Estados Unidos e 44% no Canadá e na Austrália. Em contraste, nas regiões mais pobres as médias de apoio à democracia representativa são: 19% na América Latina, 18% na África Subsaariana e 15% no pacífico asiático. O apoio a alternativas não democráticas está diretamente relacionado à escolaridade. Quanto menor o nível de instrução, maior é a suscetibilidade às formas de governo não democráticas. Um regime militar seria apoiado por 45% dos brasileiros menos escolarizados e por 29% entre os mais escolarizados. A diferença de 16 pontos é a quarta maior entre 22 países nos quais este quesito foi pesquisado.

O relatório do *Latinobarômetro* (2017) também ajuda na compreensão dessa propensão a aceitar um regime militar de boa parte dos brasileiros. As Forças Armadas obtêm o segundo melhor índice de confiança (50%) dentre as instituições, perdendo apenas para a Igreja (69%). No imaginário dessa população que apoiaria um regime militar, como inferimos, há a crença de que ele seria mais eficaz para combater a violência e a corrupção, esta última mencionada como o principal problema do país (31%). Além disso, 80% dos entrevistados consideram que o desempenho do governo no combate à corrupção é ruim (80% afirmam isso). Em uma escala de 0 a 10, os brasileiros indicam a existência de corrupção em intensidades similares nas principais instituições do país: no governo central (7,4), município (7,1), Congresso (7,0), sindicatos (7,1), justiça (7,2) e grupos empresariais (6,8).

A suposição de que durante o regime militar existia pouca ou nenhuma corrupção não leva em conta que em um regime autoritário, a imprensa e o judiciário são controlados. A sociedade não tem como fiscalizar os desvios de conduta dos ditadores em nenhum nível. A percepção da corrupção é diretamente influenciada pelo papel que exercem os meios de comunicação, sobretudo em tempos de espetacularização da informação e do seu uso como instrumento de disputa política. Por óbvio, no contexto de uma ditadura a imprensa é manietada e a informação que circula é apenas a oficial. No que tange ao combate à violência, deve-se registrar que o crescimento dos índices de violência está relacionado a fatores complexos que remontam ao período em que o país foi governado pelos militares, como registrava em editorial, à época, a principal revista semanal:

Ao abrir-se o ano de 1981, os brasileiros que vivem nas grandes cidades, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo, continuam tendo como sua preocupação número um, acima de quaisquer outras, a segurança (...). Certas áreas urbanas do Brasil já se encontram entre as piores do mundo em matéria de criminalidade, superando os mais notórios infernos sociais de que se tem notícia. Pouco a pouco, os hábitos da população vão se alterando em função da violência a que é diariamente submetida (...). Em nenhum lugar esta escandalosa tragédia brasileira é mais evidente do que no Rio de Janeiro e em suas franjas suburbanas. Não há nada que realmente possa equivaler ao que acontece ali todos os dias. Edifícios inteiros são assaltados. Roubam-se as pessoas dentro dos ônibus que circulam à luz do dia. Criminosos atacam automóveis que param nos sinais de trânsito, ferem e matam suas vítimas, ateiam fogo às suas casas. É raro, na zona sul do Rio, encontrar uma família ou roda de amigos que não tenha tido nenhum de seus membros assaltado. E, pairando sobre tudo, há a incomparável Baixada Fluminense – onde só em 1980 mais de 2.000 pessoas foram assassinadas; algo como uma a cada quatro horas. É como se fosse uma guerra civil. Na verdade, um princípio de anarquia começa a tomar forma nestas áreas conflagradas, diante do silêncio do Estado. Jamais houve, no país, um problema de segurança nacional mais genuíno que esse. Jamais tantas pessoas foram tão flagrantemente oprimidas em seus direitos mais fundamentais. Mas, em vez de estar entre as primeiras preocupações do poder, a questão, na prática, está entre as últimas. Após perder o controle sobre as ruas – são os criminosos hoje, que mandam nelas –, o Estado brasileiro parece conformar-se com isso. É uma das marcas mais deprimentes que o país tem a exibir” (*Veja*, 7/01/1981)

Mas, para além da retórica contra a violência que sugere ser melhor um governo autoritário, outro fator relacionado ao apoio à democracia é a ideologia. Um líder forte sem controle é visto com simpatia por segmentos de direita em países como Austrália, Itália, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Grécia e Alemanha. Entrevistados identificados com a esquerda ideológica são os que menos apoiam essa forma de governo. Além disso, pessoas que apoiam o partido que está no poder tendem a demonstrar mais satisfação com o funcionamento da democracia. Entre os republicanos, nos Estados Unidos, o índice alcança 68%, enquanto no restante da população o percentual é de 46% (*Pew Research Center*, 2017).

No Brasil ocorre um fenômeno que merece atenção. A destituição da presidenta, por decisão do Congresso nacional e com base em argumentos fiscais, foi antecedida por intensos protestos dos eleitores da oposição, pertencentes predominantemente à classe média, conforme analisado por Sousa (2015), os

quais utilizavam o combate à corrupção como justificativa para suas manifestações. Deposta a presidenta, os escândalos de corrupção envolvendo conspiradores e opositores de outrora, além da deterioração da situação socioeconômica do país, não foram suficientes para acionar reações dos que antes tomaram as ruas, o que desnuda as motivações de caráter ideológico por trás dos protestos contra o governo de esquerda, substituído por um governo com popularidade ínfima, mas que representa os interesses dos grupos conservadores.

Interesses traduzidos em medidas de austeridade que, segundo o informativo Inesc, Oxfam e Cesr (2017), aprofundaram as desigualdades econômicas, afetando os mais vulneráveis e configurando um quadro de crescente violação dos direitos humanos e de regressão em relação às garantias sociais preconizadas pela constituição brasileira. À interrupção democrática promovida pelo golpe parlamentar sucedeu-se decisões governamentais que, sem participação social e sem constar de uma agenda referendada pelo voto, reforçam o caráter autoritário das elites que patrocinaram o golpe político. Não por acaso, o relatório do *International Budget Partnership* (2018) apontou que, em 2016, a participação social no Brasil obteve a metade da pontuação alcançada em 2015.

Iniciadas no início do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff (inflexão que já abordamos, Sousa, 2015) e intensificadas no governo atual, a austeridade implicou em consideráveis decréscimos nos orçamentos de programas sociais (ver Gráfico 2), enquanto o comprometimento com juros e encargos das dívidas internas e externa aumentou. No centro da austeridade está a Emenda Constitucional 96/2016, aprovada com o objetivo de congelar o gasto público real por um período de vinte anos. Sua entrada em vigor, a partir de 2017, já representou uma diminuição das dotações orçamentárias para a saúde de 17% e para a educação de 19%. No mesmo ano, o financiamento dos programas de segurança alimentar foi reduzido em 55% e o acesso dos mais pobres a medicamentos foi fortemente impactado pelo fechamento de 314 farmácias públicas.

Martins (2018) registrou que entre 2015 e 2016, o Brasil perdeu 7,2% de seu Produto Interno Bruto (PIB). Ao final de 2016, o país contava 24,8 milhões de cidadãos (12,1% da população) sobrevivendo com um quarto do salário mínimo, 50% a mais do que em 2014. Considerando o mesmo período, a extrema pobreza cresceu de 2,5% para 4,9%. A crise política pós eleições de 2014 desacelerou a economia, culminando com a mudança de governo, o que deteriorou ainda mais o quadro socioeconômico. Quando da queda do governo anterior, a taxa de desemprego situava-se em 11,2%, alcançando 13,7% no início de 2017. Como agravante, no mês imediatamente posterior à reforma trabalhista (novembro de 2017), tópico central da nova agenda conservadora, o Brasil perdeu 12.292 empregos formais.

O ano de 2017 foi de retrocessos também para os trabalhadores sem terra². Nenhuma família foi assentada no Brasil e a reforma agrária que no ano de 2006 chegou a contemplar 136.358 famílias, foi paralisada³. As bancadas ruralistas e o setor do agronegócio passaram a exercer grande influência no novo governo. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), atestou que as condições de vida dos trabalhadores e da parte mais pobre da população se deterioraram (ver Gráfico 3). Os rendimentos dos trabalhadores diminuíram, enquanto o desemprego e a pobreza cresceram.

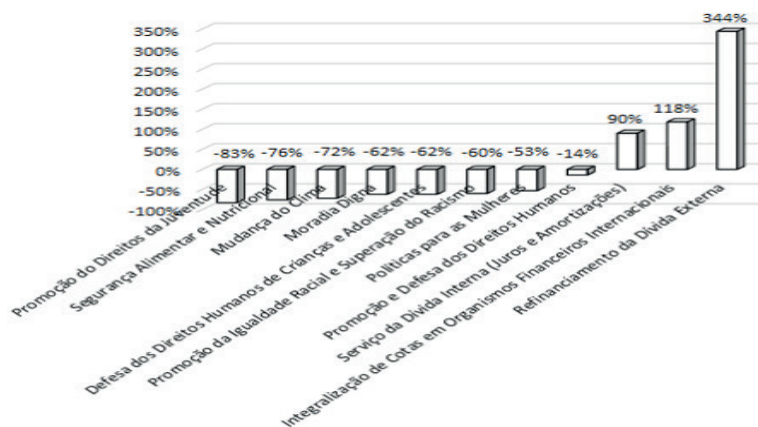


Gráfico 2 - Variações Orçamentárias Nominais de Programas Seleccionados, 2014-2017
Fonte: Inesc, Oxfam, Cesr, 2017

Além disso, as expectativas de que os efeitos deletérios da reforma trabalhista (Lei 13.467) fossem atenuados pela vigência da Medida Provisória 808 foram frustradas pelo fim de sua vigência. Indiferente às violações dos direitos trabalhistas, a Câmara dos Deputados deixou que a Medida Provisória expirasse, passando a valer o texto integral da reforma trabalhista, o que, na opinião do presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra)⁴, Guilherme Feliciano, representou o sepultamento do Estado Social esboçado na Constituição Federal de 1988:

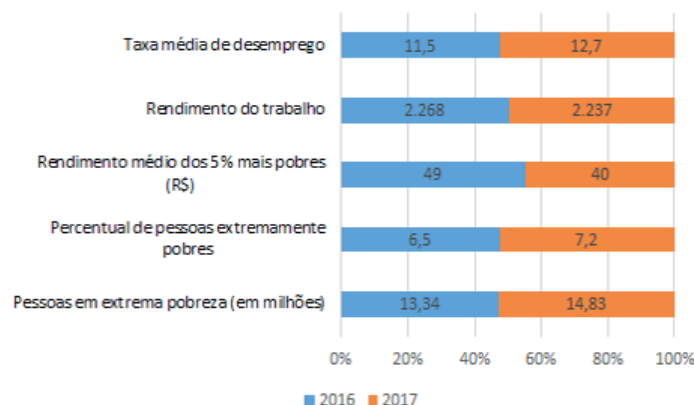


Gráfico 3 – A deterioração das condições de vida na base da pirâmide social
Fonte: IBGE, 2018.

A caducidade da MP por decurso de prazo representa claro descaso para com a preservação do patrimônio jurídico social legado pela Constituição Federal de 1988 e confirma o epílogo funesto do processo de desconstrução do Estado Social, que segue caminhando, agora com braços abertos para a própria tese do ‘enxugamento’ da Justiça do Trabalho, que já volta a ser entoadado por parte da grande mídia.

O início de 2018 marca o que demonstra ser a consolidação do recrudescimento autoritário com a intervenção militar no estado do Rio de Janeiro, processo que parece estimular as ações de grupos de extermínios e de milícia de paramilitares suspeitas do assassinato da líder de esquerda Marielle Franco e de mortes na periferia da cidade do Rio de Janeiro. Crescem⁵ as intimidações ao ambiente universitário e acentuam-se as pressões na grande mídia para o encarceramento do ex-presidente Lula, líder nas pesquisas eleitorais que mobiliza caravanas populares em várias regiões do país. Essas mobilizações têm sido alvo de agressões violentas de grupos de direita, os quais recorrem a práticas fascistas para impedir a livre expressão dos movimentos sociais, sob a complacência das polícias locais, das autoridades judiciárias e de instituições responsáveis pela defesa dos direitos civis, além de contarem com o silêncio dos grandes meios de comunicação que assim as legitimam. Neste cenário, o futuro da democracia brasileira encontra-se ameaçado. Em ano eleitoral, as apostas das elites são em qualquer caminho que não seja o de uma democracia, agora mais distante. Paralela à involução democrática, deterioram-se as condições de vida dos mais pobres e os direitos dos trabalhadores são diminuídos. O autoritarismo é funcional à desigualdade econômica no Brasil e seu ímpeto se expressa em diversas dimensões da vida nacional, inclusive nas instituições, depois de um breve período em que uma distribuição tímida da riqueza ensaiou o nascimento de uma democracia substantiva.

3. O aprofundamento do golpe parlamentar em meio à aparente normalidade das instituições

A assunção ao poder do PT moveu os setores conservadores da sociedade brasileira a utilizar o fenômeno da corrupção para criminalizar a esquerda e suas políticas. A politização da justiça e uma intensa narrativa midiática, operando em sintonia, empurraram frações das classes médias para as ruas, fortaleceram nelas o ódio social e as motivaram a cometer atos de violência física e moral contra supostos inimigos políticos. Nesse ambiente, impedida de governar desde sua posse para o segundo mandato em 2015, sabotada que foi pelas forças partidárias da oposição e dos aliados que já conspiravam, a presidenta eleita Dilma Rousseff sofre o golpe parlamentar em 2016, o que marca o desfecho da “espiral conservadora” (ver Figura 1) que transferiu o poder central para a direita do espectro político. A engenharia do golpe, sem exército e sem crime de responsabilidade da presidenta deposta, constitui-se num fato inédito na história do Brasil, com repercussões simbólicas e materiais para a vida do seu povo.

Para Souza (2015), a guinada conservadora no Brasil se intensifica com as jornadas de junho de 2013, considerada por esse autor como “grande fraude” utilizada no processo de ocultamento das dinâmicas das classes e de seus interesses. Movidas inicialmente por reivindicações relacionadas ao transporte coletivo, à saúde e à educação públicas, envolvendo extratos de diferentes classes, a partir de certo momento as “jornadas de junho” foram protagonizadas pelas classes médias e direcionadas pela grande mídia. A classe média (portadora de privilégios justificáveis para ela pela ideologia meritocrática) incorporam o discurso de que os problemas da sociedade se concentram na ineficiência e na corrupção do Estado, sem perceber a organicidade das relações entre mercado e Estado no capitalismo. Infantilizada para ignorar a centralidade da desigualdade no conjunto dos problemas brasileiros, grande parte dessa mesma classe média, presente nas manifestações de junho, reproduz a visão conservadora difundida pelas elites dominantes durante as eleições de 2014. O núcleo dessa visão consiste em demonizar o Estado e sua corrupção, enquanto as mazelas do mercado são ocultadas. A corrupção, então, ganha lugar de destaque nas estratégias e narrativas da grande mídia que a associa seletivamente aos governos de esquerda, fornecendo armas políticas para os conservadores, principalmente em períodos eleitorais, interferindo no processo democrático. De acordo com o mesmo autor:

Sem uma mídia plural não existe democracia digna deste nome, nem processo coletivo de aprendizado durável. A manipulação grotesca, por exemplo, da TV brasileira, talvez só comparável a das ditaduras - nem sempre é percebida pelo público (Souza, 2015, p. 4718).

Não se pode, portanto, explicar o golpe parlamentar no Brasil sem que se destaque o papel catalisador da grande mídia na gestação de um ambiente gradativamente hostil aos governos do PT, manejando, sobretudo, o problema da corrupção, real, mas usado para gerar indignações seletivas. Este elemento foi central na engrenagem que, movendo-se sob interesses de outros atores, trouxe como desfecho a interrupção democrática. Portanto, as forças políticas que planejaram e implementaram o golpe parlamentar contaram com um aliado de sempre: a grande imprensa brasileira. Seu papel histórico no boicote ao aprofundamento da democracia pode ser sintetizado nas palavras de Feres Júnior:

Com raríssimas exceções, a grande mídia brasileira tem tido um papel histórico extremamente deletério para o avanço das instituições da democracia, da igualdade e da pauta de direitos da cidadania. Combateram o presidente eleito Getúlio Vargas de maneira determinada, tentaram impedir a posse de seu sucessor, Juscelino Kubitschek, e apoiaram dois golpes militares contra João Goulart – o segundo, em 1964, suspendeu o regime democrático e o estado de direito em nosso país por vinte anos. Apoiaram veementemente essa ditadura militar, e a partir do processo de democratização passaram a militar contra candidatos de esquerda em eleições, particularmente contra o Partido dos Trabalhadores (PT), como mostra extensíssima literatura acadêmica [...] (Feres Júnior, 2016, p. 280).

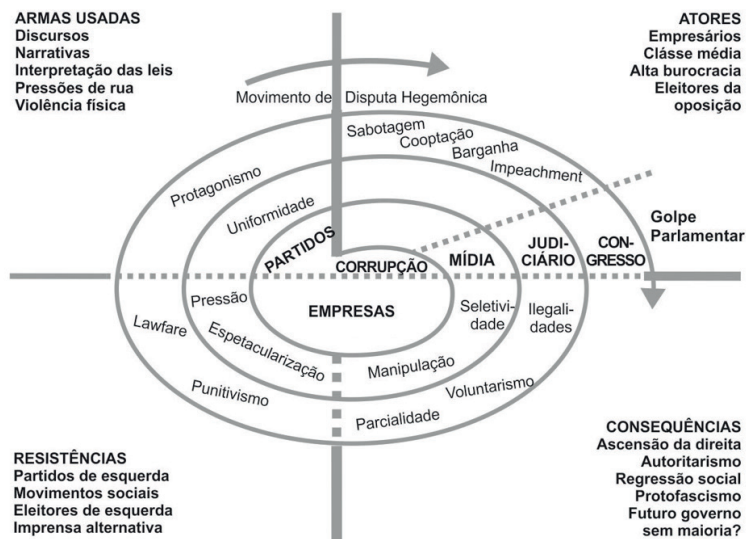


Figura 1 - Espiral de hegemonia conservadora no Brasil
Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

A parcialidade da grande mídia na produção de informações também explica a passividade da população em relação às ações regressivas dos conservadores que assumiram o poder. Medidas patrocinadas pelo governo pós golpe extinguem direitos, como no caso da reforma trabalhista, atendem aos interesses de grupos econômicos, a exemplo das privatizações e vão ao encontro do corolário ideológico dos grandes meios de comunicação, fortemente irrigados por recursos públicos via verbas de comunicação e de publicidade oficial. Entre janeiro e outubro de 2017, comparando esse período com o ano de 2015 e conforme dados da própria Secretaria de Comunicação⁶ do Governo Federal, a publicidade destinada à TV Globo cresceu 55% (elevando ainda mais sua concentração no recebimento de verbas para TV de 42% para 51,27%), a revista *Veja* ficou com 43% das verbas destinadas às revistas, o jornal *O Estado de São Paulo* recebeu 677% de recursos a mais e, ao todo, o Grupo Globo foi beneficiado com um aumento de 50% de verbas publicitárias em relação a 2015. O comprometimento das grandes empresas de comunicação com a derrocada da democracia brasileira se reflete, sobretudo, no conteúdo tendencioso e manipulado das informações publicadas, as quais tiveram um papel importante no gotejamento do ódio social que contaminou parte considerável da população brasileira e criou as condições para a legitimação da ruptura democrática.

Pochmann (2018), chama a atenção para o silêncio da grande mídia diante do crescimento vertiginoso da dívida pública no curto espaço de tempo do governo Temer. Apresentado como catástrofe no período de Dilma Rousseff, a dívida aumentou 28 vezes mais com o receituário liberal do governo pós golpe. No entanto, esse fato desapareceu do noticiário nacional. Algo semelhante aconteceu quando, em governos liberais anteriores, entre 1995 e 2002, a dívida pública líquida teve um aumento acumulado de 114%, saltando de 30% para 60% do produto interno bruto (PIB). Nos governos do PT (janeiro de 2003 a maio de 2016), a dívida líquida caiu de 59,9% para 39,2% do PIB. Todavia, na imprensa brasileira, números podem ser desastrosos para seus inimigos e naturais para seus aliados, a depender de como são manipulados, explorados ou ocultados. Importa fazer uso político-ideológico da informação.

Feres Júnior, ao defender o uso da “metodologia de análise de valências” nos estudos sobre mídia e política, considera que esse tema ainda está “inane” na Ciência Política. Para esse autor, no Brasil: “a cobertura da política, particularmente no período eleitoral, é extremamente pobre de sutilezas, pluralismo de opiniões, perspectivas, processos contraditórios e multifacetados” (Feres Júnior, 2016, p. 285). Oligopolizada e compartilhando o mesmo espectro ideológico, a grande mídia imprime seu viés na produção de informações dos fenômenos políticos, sempre em desfavor de quem se situa em campo oposto ao seu. Para comprovar

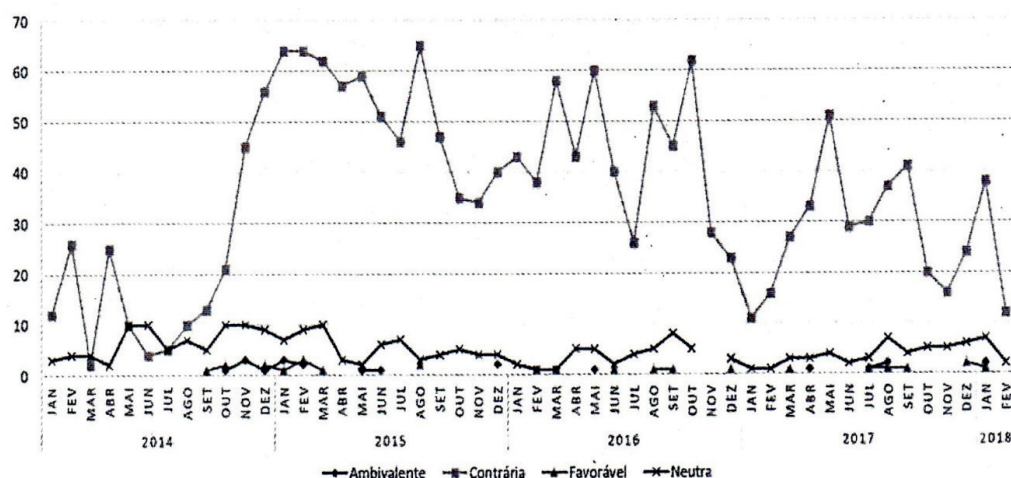


Gráfico 4 – PT – Valências em O Globo
Fonte: Feres Júnior, 2018.

suas evidências, Feres Júnior (2018), utilizando a base de dados do *Machômetro* - ferramenta criada pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil) -, apresenta as valências mensais (ambivalente, contrária, favorável, neutra) atribuídas à cobertura política dos grandes jornais em relação ao PT, entre janeiro de 2014 e fevereiro de 2018. Aqui (Gráfico 4) está registrada a cobertura do jornal *O Globo*, braço impresso do conglomerado de mídia que domina a produção de notícias. A valência “contrária” ao PT na cobertura do periódico é flagrantemente desproporcional e demonstra a parcialidade do trabalho jornalístico.

Em um país de extrema concentração dos meios de comunicação e de ausência de pluralidade na produção de notícias em larga escala, não é difícil dimensionar o poder da grande mídia no processo político. No período do governo anterior, a presidenta da Associação Nacional dos Jornais⁷ declarou que os meios de comunicação estavam assumindo o papel de oposição de fato no país. A imprensa brasileira, dado o seu caráter oligopolista, sempre procurou tutelar a democracia, intervindo em momentos históricos para impor uma interpretação da realidade aos cidadãos e sabotar os governos progressistas e populares. A mídia exerceu função preponderante na instauração do regime militar e em sua manutenção, e continua a ter enorme influência nos processos eleitorais e na avaliação dos fatos políticos, impingindo-lhes o viés que lhe convém. No impeachment, a cobertura dessa grande mídia foi decisiva para o desfecho perpetrado pelas forças conservadoras. O Brasil está longe do padrão de comunicação democrática mencionado por Meyer e Hinchman:

[...] reportagens equilibradas e abrangentes, objetividade e respeito pelas pessoas, fidelidade à verdade na forma, no conteúdo e no estilo de cobertura, bem como uma maneira de apresentar os acontecimentos que encoraje o cidadão a participar do processo de comunicação na esfera pública (Meyer & Hinchman, 2008, p. 26).

Para esses autores, o papel principal da mídia numa democracia é o de disponibilizar informação e avaliação política para todos os cidadãos, condição indispensável para caracterizar uma sociedade democrática. Autores brasileiros que há muito se debruçam sobre o papel da mídia no processo político e na relação com a cidadania, demonstram como os meios de comunicação se constituíram num empecilho ao amadurecimento democrático. Como explica Feres Júnior:

O bom funcionamento da democracia representativa contemporânea depende da diversidade de opiniões circulantes. O raciocínio é bastante simples: para que possa formar sua opinião acerca das questões mais importantes que afetam a vida coletiva, os cidadãos devem ter acesso a uma pluralidade de pontos de vista, e assim escolher o que mais lhe agrada, ou mesmo formular um outro a partir do material que lhe é oferecido. Mas isso não pode acontecer no Brasil, pois nosso sistema de mídia tem baixíssima diversidade externa - os meios estão todos concentrados no mesmo espaço do espectro ideológico, que vai do centro para a direita - e baixa diversidade interna - cada empresa de mídia serve um cardápio bastante restrito de opiniões e pontos de vista para seu público (Feres Júnior, 2018, p.182).

Mas o fato novo do atual aborto da democracia brasileira é a associação dos grandes meios de comunicação com setores do judiciário. O julgamento e a sentença condenatória do ex-presidente Lula são o ápice de um processo de judicialização da política e de politização da justiça que, sob a forma de espetacularização, seletividade e voluntarismos, deu vazão às idiosincrasias do judiciário, cujo resultado concreto foi a retomada do poder pela direita reacionária e a criminalização da esquerda entre os consumidores de informações e de opiniões produzidas na grande imprensa. Contestados em meios jurídicos, acadêmicos (Proner & et al., 2017) e na imprensa alternativa, os métodos, operações e “inovações jurídicas” de promotores e juízes, protagonistas das investigações de episódios de corrupção, em perfeita sintonia com o aparato midiático e com o calendário político, jogaram a democracia brasileira no abismo, como bem assinalou Weisbrot (2018).

No espaço social de disputa pelo discurso, a grande mídia se encarrega de construir a aura de infalibilidade em torno dos procedimentos judiciais, alçando seus protagonistas à condição de guardiões da moralidade (alguns dos quais tornados celebridades) instrumentalizando-se da justiça para atingir inimigos políticos. Enfatizados pelo poder e prestígio adquiridos, atores do judiciário abusam de prerrogativas e se oferecem como instrumentos de disputa política, o que, ante a legitimidade com a qual a mídia os cobre, inibe as instâncias corretivas e imobiliza o cidadão comum, desprovido de informações e de conhecimentos que contrastem com o espetáculo jurídico-midiático apresentado no cotidiano brasileiro, amparado por uma narrativa única.

Na visão de Nobre (2017), a “Lava Jato” (principal operação judicial de combate à corrupção) não permite que o sistema político se refaça e imponha uma agenda. Criou-se um círculo vicioso no qual a política desacreditada não consegue reativar a economia e o judiciário teme que, restabelecido o controle da política pela política, seu protagonismo seja ameaçado. Por outro lado, parte expressiva da população se sente representada pelo judiciário, imaginando que ele será o garantidor de uma nova ordem.

Conquanto esta análise seja parcialmente válida - sobretudo quando identifica o papel da “Lava Jato” na descrença do sistema político e na arregimentação de seguidores - é necessário assinalar que uma agenda conservadora foi implementada, a despeito da ausência de legitimidade de seus executores, além do que, os recortes, ênfases e procedimentos da operação Lava Jato assumiram um caráter flagrantemente seletivo, favorecendo as forças da direita política, em consonância com os objetivos das narrativas midiáticas.

Para Santos (2017), a “Lava Jato” constituiu uma sociedade de interesse comum com a imprensa para liquidar a legitimidade do PT. Antes disso, em outro processo penal na suprema corte da justiça brasileira (Ação Penal 470), teses esdrúxulas foram erguidas, das quais derivaram outras que serviram para afiançar juridicamente o golpe parlamentar de 2016, descrito pelo autor nos seguintes termos:

O sequestro do poder constituinte do povo se processa por golpe parlamentar, em colusão tácita com o Judiciário e o empresariado, tendo a unanimidade relevante da imprensa como filtro do noticiário que chega às grandes massas. A imprensa colabora decisivamente para a consolidação do poder usurpado, substituindo a conexão de sentido entre eventos, a racionalidade comum à maioria das pessoas na percepção dos acontecimentos, pela imposição de causalidades precárias entre ações de governo e artigos do Código Penal (Santos, 2017, p. 185).

Todavia, uma imprensa uníssona no combate ideológico e em simbiose com parte do judiciário militante - a insuflar as classes médias movidas a ódio social - não lograria derrubar uma presidenta eleita pelo voto popular sem legitimar o comportamento espúrio de um Congresso conservador, ávido por usurpar o poder. A conflagração da maioria do parlamento contra o governo eleito em 2014, desde o início pressionando-o e boicotando-o, expôs as deformações do sistema partidário e, na opinião de Nassif (2018), o arruinou.

Organizado em 1945, durante o “Estado Novo” (quando partidos nacionais foram criados, servindo à conciliação de classes e à governabilidade do presidencialismo), o sistema partidário brasileiro passa pelo bipartidarismo imposto pelo regime militar em 1964, se reorganizando em 1979 com o pluripartidarismo, não sem reproduzir o mando das oligarquias regionais existentes antes da ditadura. Com a abertura política, o PT, de forte base social e sindical, se forma contestando a política institucional, enquanto o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) assume a hegemonia com a eleição de Tancredo Neves pela via indireta do colégio eleitoral em 1985 e, novamente, dá sobrevida às oligarquias movidas a clientelismo, fisiologismo e venalidade. Depois da constituinte de 1989, o PMDB é dividido e dele nasce o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Outro fenômeno do sistema partidário brasileiro é a proliferação de pequenos partidos, os quais precisam ser levados em conta para a formação de maiorias e que, por isso, estão propícios a ser cooptados por interesses econômicos e paroquiais. Mesmo com as mudanças na legislação (em 2007 a migração partidária foi proibida pelo Supremo Tribunal Federal - STF -, exceto

para novos partidos), a pulverização partidária continua e gera instabilidade institucional. Além disso, o financiamento empresarial dos partidos deforma a representação política num ambiente já conservador (Nassif, 2017).

O que ocorreu então com o Congresso brasileiro ao promover e legitimar o golpe parlamentar em 2016? Em primeiro lugar, ele já não é mesmo que foi eleito em 2014. Como atestou Nicolau (2017), 19% dos deputados mudaram de partido. Juntamente com o PSDB, os pequenos partidos se aproximam do campo ideológico da direita, instigados pelo antipetismo dos meios de comunicação, passando a enxergar no golpe parlamentar a chance de acesso ao poder e apostando na instabilidade que criaria as condições para a derrubada de Dilma Rousseff, como analisou Nassif que assim descreveu o contexto:

Nos momentos em que há forte polarização política, onde os mecanismos de negociação com o poder executivo são bloqueados, ou quando estão em jogo os interesses diretos das classes produtoras rural e urbana ou de financiamento de campanha, o equilíbrio tênue é rompido e cria-se um enorme risco de instabilidade institucional (Nassif, 2017, p. 240).

A instabilidade institucional que precedeu o golpe e continua depois dele, não podia prescindir do papel deletério exercido pelo presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, do PMDB. Alvo de vários processos por acusação de corrupção, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, entre outros, o deputado, segundo consta em denúncias, teria financiado 30% dos deputados eleitos em 2014. Como presidente da Câmara, instaurou e conduziu todo o processo de impeachment, mesmo com processos judiciais contra si em curso, sendo afastado das funções de parlamentar e do cargo em 05 de maio de 2016 (menos de 20 dias após a votação do impeachment), cassado em 12 de setembro de 2016 e preso em 19 de outubro de 2016. Mantido à frente da Câmara para cumprir os trâmites formais do afastamento da presidenta Dilma Rousseff, o deputado circulou livremente no Congresso, participando das conspirações coordenadas pelo então vice-presidente da república e referendadas pelo PMDB, partido que ganharia a maior parte do naco de poder pós golpe⁸. Incensado pela mídia até liderar o golpe na Câmara dos Deputados, a prisão e condenação tardias de Eduardo Cunha inserem-se no jogo de manipulação e de dissimulação que envolve atores e instituições que participaram dos jogos de poder, das disputas ideológicas e dos interesses disfarçados a acompanhar o golpe parlamentar.

Na visão de Miguel (2018), o golpe de 2016 desfez a percepção de que a democracia brasileira caminhava para a consolidação. Seguindo a “onda global” de “desdemocratização”, o impeachment ilegal da presidenta Dilma Rousseff demonstrou como o ordenamento político da democracia liberal pode sabotar a própria efetividade dos mecanismos democráticos. As instituições participaram da subversão da ordem constitucional e democrática, em sintonia com os interesses das classes dominantes em desrespeitar as regras do jogo e em conquistar o poder sem eleição popular. Como arrematou esse autor:

É a realidade de um país que passou de uma democracia formal, limitada, para uma democracia menos que formal, cujas instituições não se preocupam mais em disfarçar sua tendenciosidade em favor dos poderosos (Miguel, 2018, p. 5).

A hegemonia desses poderosos, percebida pelos cidadãos em pesquisa anteriormente mencionada, desnuda a precariedade da gestação democrática no interior da sociedade brasileira. Apesar do desenho das instituições e da existência de elementos formais em vários aspectos da moldura democrática que se pretendeu criar, o exame minucioso dos fatores causais do golpe parlamentar evidencia a tibieza das instituições garantidoras do processo democrático e a presença dominante de atores que se comportam de modo nocivo à formação de uma cultura democrática, a exemplo da grande mídia. Por outro lado, a interveniência de estruturas do aparato judicial, atuando em consonância com a agenda e os interesses políticos e econômicos das elites, impedem a vitalidade democrática, produzindo vazios e desesperanças cujas consequências são imprevisíveis.

4. Considerações finais

A espiral conservadora brasileira começou a se articular a partir da ascensão do seu oposito: o PT com todo o acúmulo de reconhecimentos simbólicos e concretos que o identificaram com as camadas mais pobres da população e com segmentos médios e de trabalhadores historicamente organizados em torno das causas sociais. O inesperado êxito dos governos do PT em reduzir desigualdades, ampliar oportunidades e mesmo no manejo da economia, deixou pouca margem de manobra para que as elites políticas e econômicas da direita ideológica pudessem reverter por meios democráticos as sucessivas derrotas desde 2003. Todavia, os equívocos, erros e desvios relacionados à corrupção, localizados no interior das coalizações partidárias que deram sustentação aos governos do PT, foram utilizados como armas para o jornalismo de guerra empenhado em interferir novamente na nascente democracia do país. Em orgânica sintonia com atores do judiciário que extrapolaram suas prerrogativas e se lançaram no jogo político, inclusive aplicando interpretações heterodoxas ao direito penal quando não violando direitos e garantias fundamentais, o oligopólio midiático gotejou ódios ideológicos e políticos em parte considerável das classes médias, o que as predispôs a apoiar o golpe parlamentar desferido contra o mandato da presidenta Dilma Rousseff.

Desde então, o Brasil mergulhou em um furacão de ondas de regressão social, cujo centro movimentava-se para consolidar um sistema autoritário e conservador, alijando as expressões da esquerda política da vida política. Esse processo culmina com a prisão do ex-presidente Lula, contestada em forma e mérito por amplos setores dos meios jurídicos e acadêmicos, além de desencadeadora de maior apoio popular ao PT e a Lula, num momento em que as forças da direita acreditavam ter eliminado seu maior inimigo. Agora, no instante em que o STF ensaia tardiamente conter as arbitrariedades das instâncias inferiores envolvidas na condenação de Lula, grupos neofascistas cometem atentados (não noticiados pela grande imprensa) contra o acampamento de trabalhadores que se solidarizam com o ex-presidente, juízes locais recrudescem as regras para isolar Lula do mundo exterior e reaparecem especulações na mídia dando conta de um suposto acordo de delação do ex-ministro Antônio Palocci, fornecendo mais munição contra o PT e contra Lula e excitando a grande mídia.

Neste cenário, aprofunda-se a deterioração das condições de vida dos mais pobres em um ano de eleições cujas pesquisas apontam a liderança de Lula mesmo depois de seu encarceramento. Vislumbra-se um ambiente de partição da sociedade entre a radicalização, o ceticismo e o absenteísmo eleitoral. Os atores responsáveis pelo golpe parlamentar dobram as apostas para consolidar sua hegemonia, enquanto as resistências se reorganizam timidamente ante o impasse da prisão do maior líder das esquerdas. Mesmo diante deste quadro de tensões permanentes e imprevisibilidade, de qualquer forma, o Brasil terá de criar um movimento a partir do qual um novo projeto de democracia seja fecundado e que ele, ante os inescapáveis conflitos com os quais a sociedade deverá lidar por longo tempo, supere a decomposição das instituições atuais, dando luz a um embrião que se desenvolva constantemente, em contraste com os “ovos cegos” vistos até aqui.

NOTAS

¹ Canadá, Estados Unidos, Suécia, Alemanha, Holanda, Grécia, Itália, Reino Unido, França, Espanha, Polónia, Hungria, Rússia, Austrália, Coreia do Sul, Japão, Filipinas, Indonésia, Vietnã, Índia, Israel, Jordânia, Turquia, Líbano, Tunísia, Gana, Senegal, Quênia, Tanzânia, Nigéria, África do Sul, Argentina, Venezuela, Brasil, Chile, Colômbia, Peru, México.

² *Uol Notícias*. Governo não assenta famílias em 2017, e reforma agrária tem freio inédito no país. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/06/governo-nao-assenta-familias-em-2017-e-reforma-agraria-tem-freio-inedito-no-pais.htm>. Consultado [26-03-2018].

³ *Carta Capital*. O fim da reforma agrária? Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/o-fim-da-reforma-agraria>. Consultado [26-03-2018].

⁴ Rede Brasil atual. Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2018/04/nova-lei-trabalhista-sem-mp-desmonte-fica-oficializado>. Consultado [24-04-2018].

⁵ *O Globo*. Mec vai acionar MPF contra disciplina da UnB sobre 'golpe de 2016'. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/mec-vai-acionar-mpf-contradisciplina-da-unb-sobre-golpe-de-2016-22420187>. Consultado [26-03-2018].

⁶ Dados compilados e publicados em <https://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/327845/Temer-aumenta-em-50-as-verbas-para-Globo-e-Facebook.htm>. Consultado [24-01-2018].

⁷ Notícia disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/entidades-de-imprensa-fecomercio-estudam-ir-ao-stf-contraplanode-direitos-humanos-3037045>. Consultado [30-01-2018].

⁸ Revista *Veja*, disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/o-poderoso-cunha/>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Corporación Latinobarómetro. *Argentina, Informe 2017*. Disponível em <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/F00006433-InfLatinobarometro2017.pdf>. Consultado [02-03-2018].

Feres Júnior, J. (2016). Em defesa das valências: uma réplica. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 19, 277-298.

Feres Júnior, J. (2018). Partidarismo midiático. Em G. Alves & et al. (Coord.). *Enciclopédia do golpe* (Vol. 2, pp. 178-188), Bauru: Canal 6.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). *Pesquisa Nacional por amostra de domicílios contínua*. Brasília.

International Budget Partnership (2018). Pesquisa sobre o orçamento aberto 2017 - Brasil, 2018. Disponível em <https://www.internationalbudget.org/wp-content/uploads/brazil-open-budget-survey-2017-summary-portuguese.pdf>. Consultado [22-05-2019].

Martins, R. (2018/01/17). Retrocesso social: o emprego formal desaparece, a pobreza e a desigualdade avançam. *Revista Carta Capital*.

Meyer, T. & Hinchman, L. (2008). *Democracia midiática: como a mídia coloniza a política*. São Paulo: Edições Loyola.

Miguel, L. F. (2018). Poder judiciário: a ponta de lança da luta de classes. *Le Monde Diplomatique Brasil* (Ano II, nº 128).

Nassif, M. I. (2016). Sistemas partidários. Em G. A. Alves & et al. (Coord.). *Enciclopédia do golpe* (Vol. 1, pp. 237-243). Bauru: Canal 6.

Nicolau, J. (2017). *Representantes de quem? Os (des) caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Zahar.

Nobre, M. (2018). PMDB só virou governo por causa da lava jato. Disponível em <https://apublica.org/tag/pmdb>. Consultado [25-03-2018].

Oxfam Brasil & Centro para os Direitos Econômicos e Sociais (CESR) (2017). Brasil: direitos humanos em tempos de austeridade - 2017. Disponível em <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2017/dezembro/estudo-direitos-humanos-em-tempos-de-austeridade>. Consultado [23-02-2018].

Pew Research Center (2017). Globally, Broad support for representative and direct democracy. Disponível em <http://www.pewglobal.org/2017/10/16/globally-broad-support-for-representative-and-direct-democracy/>. Consultado [20-01-2018].

Pochmann, M. (2018). O silêncio da mídia ante o crescimento da dívida pública sob Temer. Portal Rede Brasil Atual. Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br>.

com.br/blogs/blog-na-rede/2018/04/o-silencio-da-midia-ante-o-crescimento-da-divida-publica-sob-temer]. Consultado [23-04-2018].

Proner, C. et al. (Org.). (2017). *Comentários a uma sentença anunciada: o processo Lula*. Bauru: Canal 6.

Rios, L. T. M. & et al. (2010). Anormalidades do primeiro trimestre da gravidez: ensaio iconográfico. *Radiol Bras*, 43(2), 125–132.

Santos, W. G. dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

Sousa, D. (2015). As manifestações da nova direita brasileira pelo retorno do regime militar no contexto da crise política do governo de esquerda. *III Congreso Uruguayo de Sociología* (Montevideo); *III Congreso Uruguayo de Sociología. Nuevos escenarios sociales: desafíos para la sociología*.

Sousa, D. (2015). O prenúncio da inflexão no projeto do Novo Desenvolvimentismo brasileiro e suas repercussões nas políticas públicas de âmbito federal. *VII Jornada Internacional de Políticas Públicas*, São Luis, Maranhão.

Souza, J. (2015). *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya.

Weisbrot, Mark. *Brazil's democracy pushed into the abyss*. Disponível em [https://www.nytimes.com/2018/01/23/opinion/brazil-lula-democracy-corruption.html]. Consultado [23-01-2018].